

**Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Avançado Parque Tecnológico Uberaba**  
**Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica**  
**Produto e Processo Educacionais**

# **CARTILHA ELETRÔNICA CONHECENDO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**Autores**

**Israel Ferreira Candiani**

**Otaviano José Pereira**

Projeto Gráfico e Diagramação  
Israel Ferreira Candiani

**Uberaba - MG 2024**



# SUMÁRIO

• Apresentação.....	03
• O que é a LGPD.....	05
• Fundamentos da LGPD.....	06
• Princípios da LGPD.....	14
• Principais Conceitos.....	21
• Direitos dos Titulares.....	25
• Tratamento de dados sem consentimento.....	31
• Ciclo de vida dos dados.....	32
• Agentes de tratamento.....	38
• Obrigações das Empresas.....	43
• Penalidades e Sanções.....	45
• Considerações Finais.....	46



# APRESENTAÇÃO

Este Produto Técnico Tecnológico (PTT) intitulado "Conhecendo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)", está vinculado à Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia – Processos Formativos e Práticas Educativas em Educação Tecnológica a qual se insere ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba. Foi desenvolvido pelo mestrando Israel Ferreira Candiani sob orientação da Professor Doutor Otaviano José Pereira. Sendo apresentado no formato de Cartilha Eletrônica, que se enquadra à categoria Material Textual - (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares), descrita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A LGPD foi promulgada com o propósito de garantir a privacidade e a segurança dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros, estabelecendo regras claras e diretrizes para o tratamento dessas informações por parte de organizações públicas e privadas, a exemplo as Instituições de Ensino Superior (IEs) como o IFTM. Esta legislação tem impacto significativo, uma vez que estas instituições lidam diariamente com uma grande quantidade de dados pessoais de seus alunos, professores, funcionários e demais partes interessadas.



Assim, é fundamental que todos os membros da comunidade acadêmica das IEs, estejam cientes dos seus direitos e deveres em relação à proteção de dados pessoais, bem como das responsabilidades da instituição para garantir o cumprimento da legislação.

Logo, O PTT tem como objetivo propiciar uma compreensão clara e acessível sobre os principais aspectos da LGPD, Lei nº 13.709/2018, que representa um marco importante na regulamentação da proteção de dados no Brasil.

Neste contexto, o presente PTT se destaca como um instrumento de disseminação do conhecimento e conscientização sobre os aspectos fundamentais da LGPD. Abrangendo diversos tópicos, sendo O que é a LGPD; Fundamentos da LGPD; Princípios da LGPD; Principais Conceitos Direitos dos Titulares de Dados; Ciclo de vida dos Dados; Agentes de Tratamento; Obrigações das Empresas; Penalidades; Por fim as Considerações Finais.

Em suma, o PTT desenvolvido nesta pesquisa representa uma contribuição prática e aplicada para a implementação da LGPD no IFTM, oferecendo uma ferramenta importante para socializar informações e orientações sobre a legislação para a comunidade acadêmica.

Espera-se que esta cartilha eletrônica ajude a promover uma cultura de proteção de dados no IFTM e contribua para o fortalecimento da conformidade com a LGPD no ambiente acadêmico.



# O que é a LGPD ?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709/2018, foi criada para regular o tratamento de dados pessoais dos cidadãos, tanto nos meios digitais quanto nos meios físicos, e tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A LGPD foi inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia e foi aprovada em agosto de 2018. A Lei entrou em vigor em setembro de 2020, e é aplicável a todas as organizações que realizem o tratamento de dados pessoais no Brasil, como por exemplo as Instituições de Ensino.

Essa cartilha apresenta um resumo dos pontos principais da Lei, de modo que a administração, servidores, colaboradores e alunos conheçam o tema, se engajem na adequação das Instituições de Ensino à LGPD e, ao mesmo tempo saibam quais são seus direitos e deveres.







# Privacidade

Conjunto de dados, que embora privativos (nome, endereço, profissão, idade, estado civil, documentos públicos pessoais), portanto elementos de identificação da pessoa, e que possibilitam a comunicação segura. É um bem jurídico cujo a inviolabilidade é elevado ao status de direito fundamental dentro de nossa Constituição Federal, objetivando justamente inibir qualquer ato capaz de afetar a intimidade e a vida privada da pessoa.



# Autodeterminação Informativa

Controle pessoal sobre o trânsito de dados do próprio titular, ou seja, direito da pessoa controlar seus dados pessoais.



# Liberdade de Expressão

Inserido na CF e categorizado como direito e garantia fundamental (Art. 5, inciso IX). No nome fala por si só, liberdade para expressar seu pensamento, informação, comunicação, opinião. Todavia não se trata de direito absoluto, de forma que existindo excesso que extrapolem a liberdade de outrem e causem danos a imagem, honra, intimidade, privacidade, a responsabilidade civil e criminal devem ser apuradas



# Inviolabilidade da Intimidade

É o direito do indivíduo de subtrair-se (NÃO QUERER) à publicidade e permanecer recolhido na sua intimidade, de impedir a divulgação de palavras, escritos e atos relativos a esfera de intimidade.



# Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Busca tutelar a proteção dos dados pessoais frente as novas tecnologias (robótica, veículos autônomos, a internet das coisas, inteligência artificial).



# Livre Iniciativa

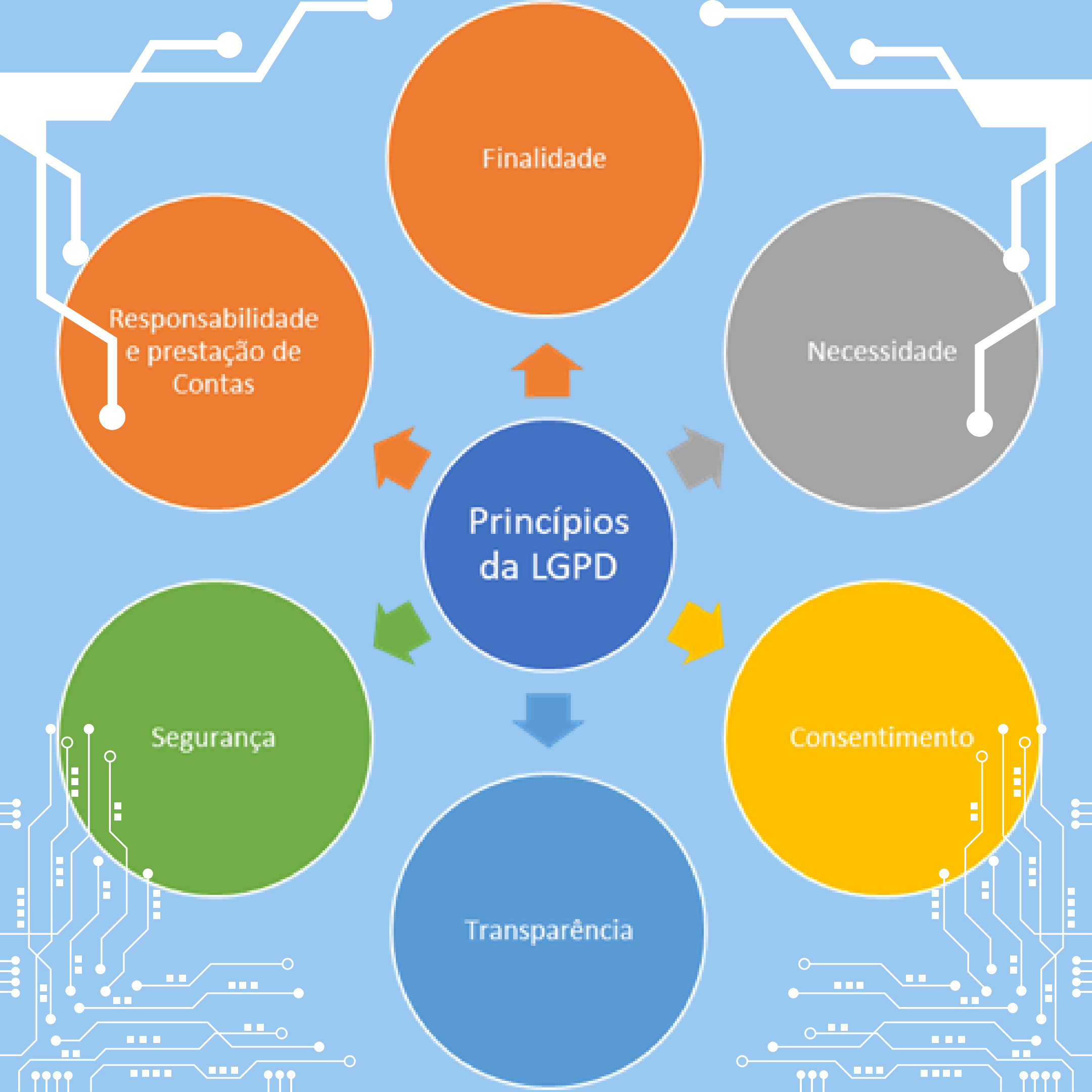
Busca estabelecer um tratamento jurídico equilibrado para as atividades desenvolvidas no mercado, garantindo assim a ordem econômica, na valorização do trabalho humano, e na livre-iniciativa, garantindo a todos uma existência digna



# Direitos Humanos

Estabelece o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania, para garantia da proteção da personalidade do ser humano, com a proteção de informações íntimas do titular dos dados.







The background of the slide is a solid blue color. It is decorated with white, stylized circuit board traces. These traces are most prominent at the top and bottom edges, where they form a border-like pattern. The traces include straight lines, right-angle turns, and small circular nodes, resembling a high-tech or digital theme.

# Finalidade

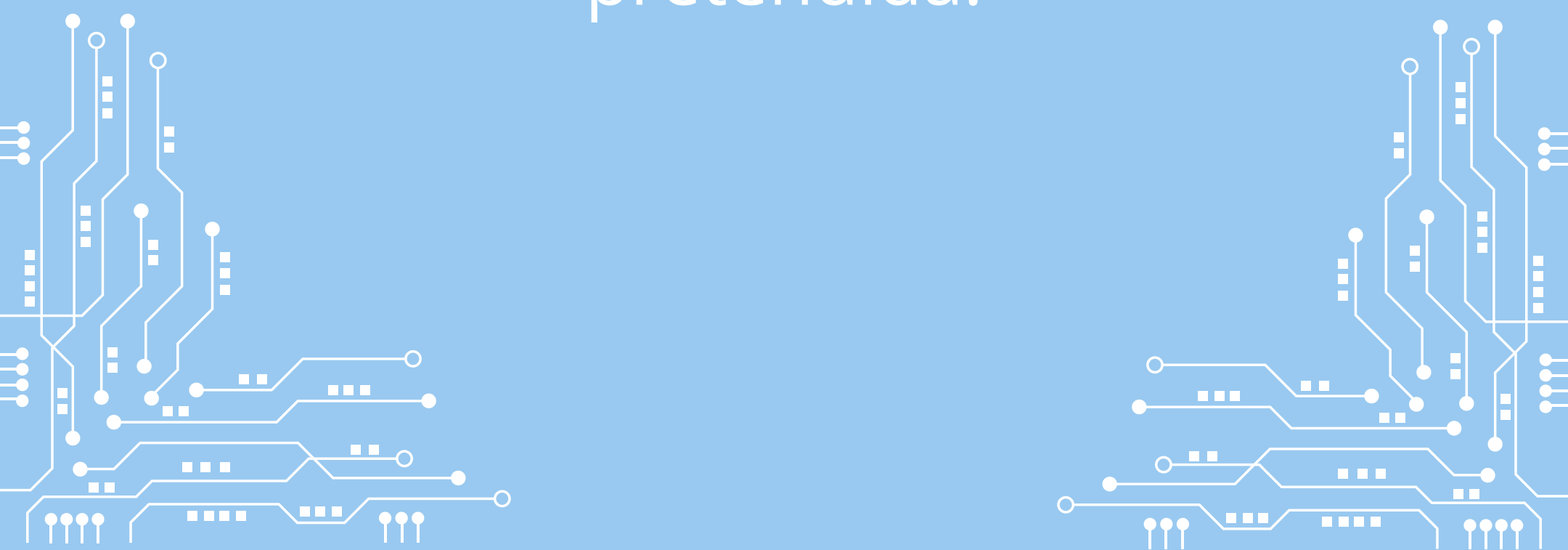
Os dados pessoais devem ser coletados para as finalidades específicas e legítimas, sendo proibido o uso para outras finalidades não autorizadas.





# Necessidade

A coleta de dados deve ser limitada ao mínimo necessário para alcançar a finalidade pretendida.






A blue background with white circuit-like lines at the top, featuring various geometric shapes and dots.

# Consentimento

O tratamento de dados pessoais deve ser realizado com o consentimento do titular dos dados, excetos nos casos previstos em lei.

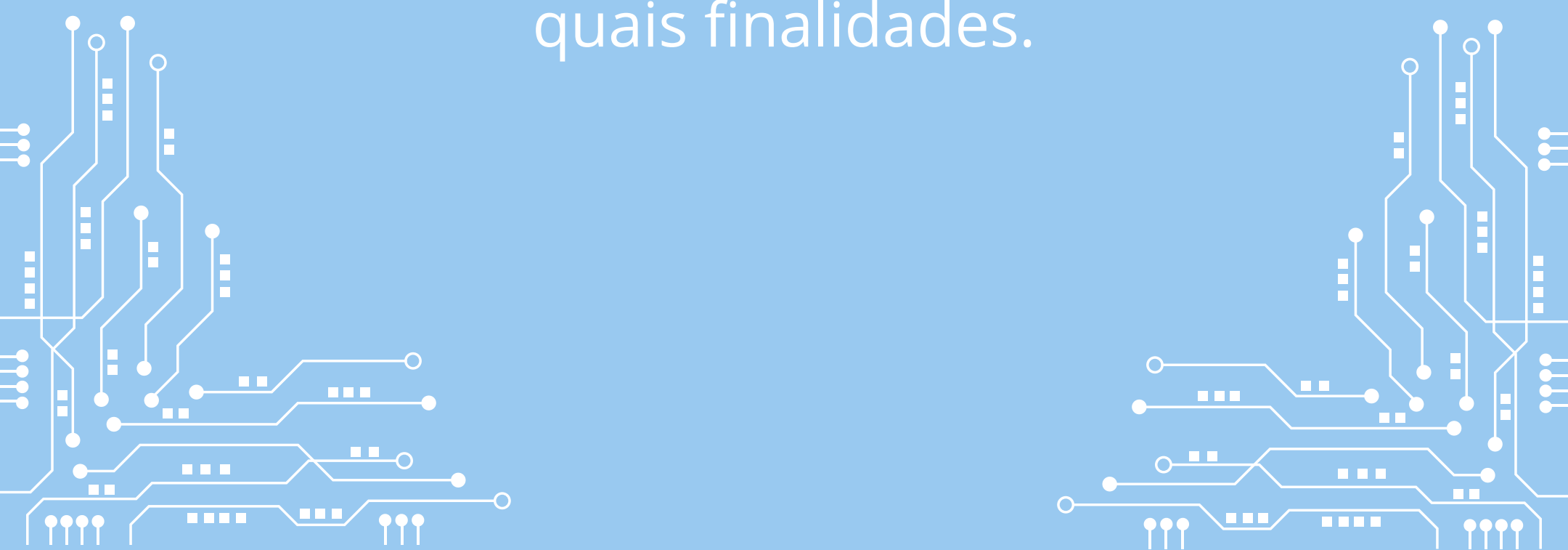
A blue background with white circuit-like lines at the bottom, featuring various geometric shapes and dots.





# Transparência

As organizações públicas e privadas, devem informar de forma clara e transparente como os dados serão tratados, incluindo quem terá acesso a eles e para quais finalidades.





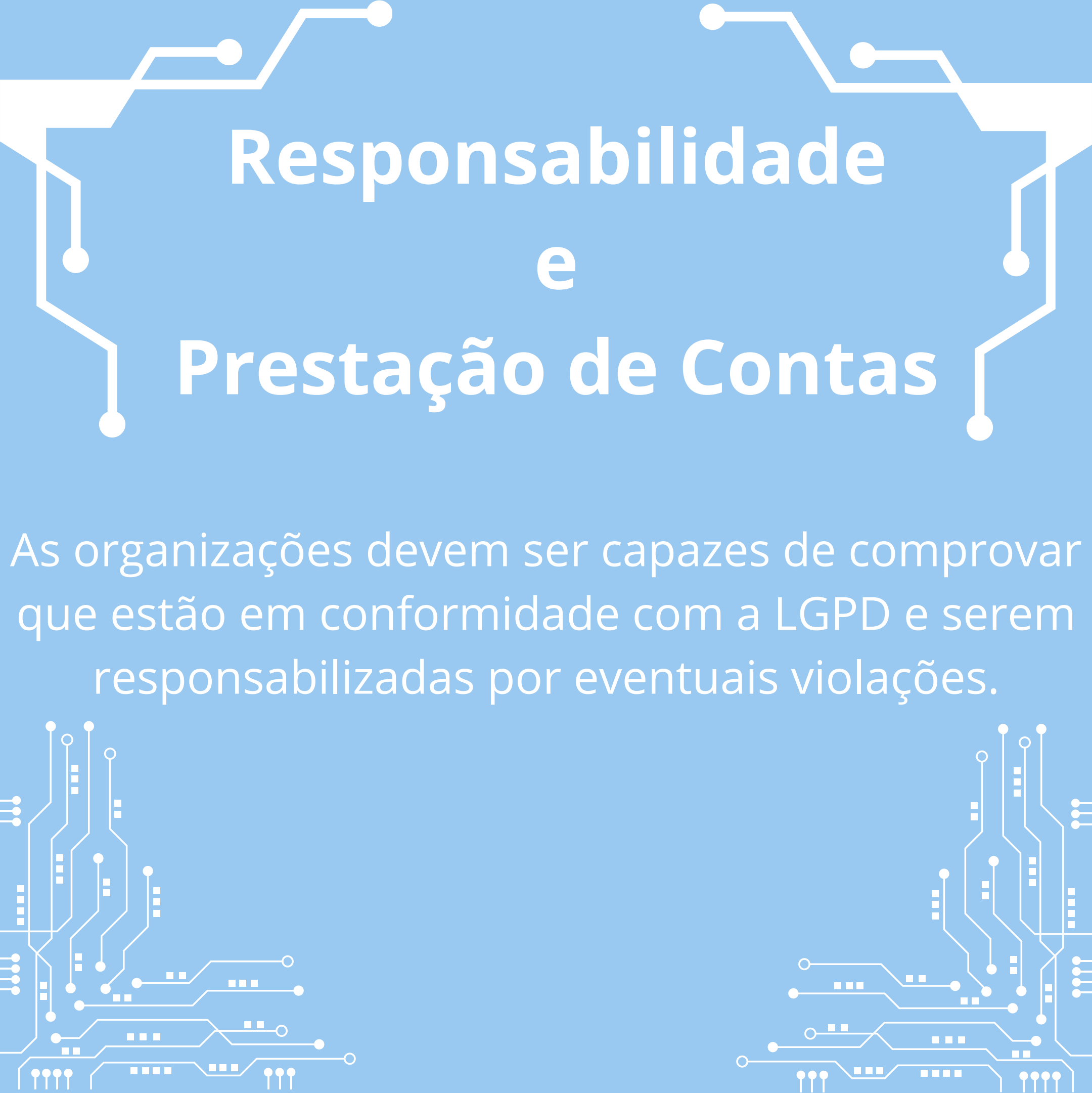
The top corners of the slide feature decorative white circuit-like lines on a blue background. These lines consist of straight segments connected by right angles, with small white circles at various points, resembling a stylized electronic circuit.

# Segurança

Devem ser adotadas medidas técnicas e organizacionais para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizados, perda ou destruição.





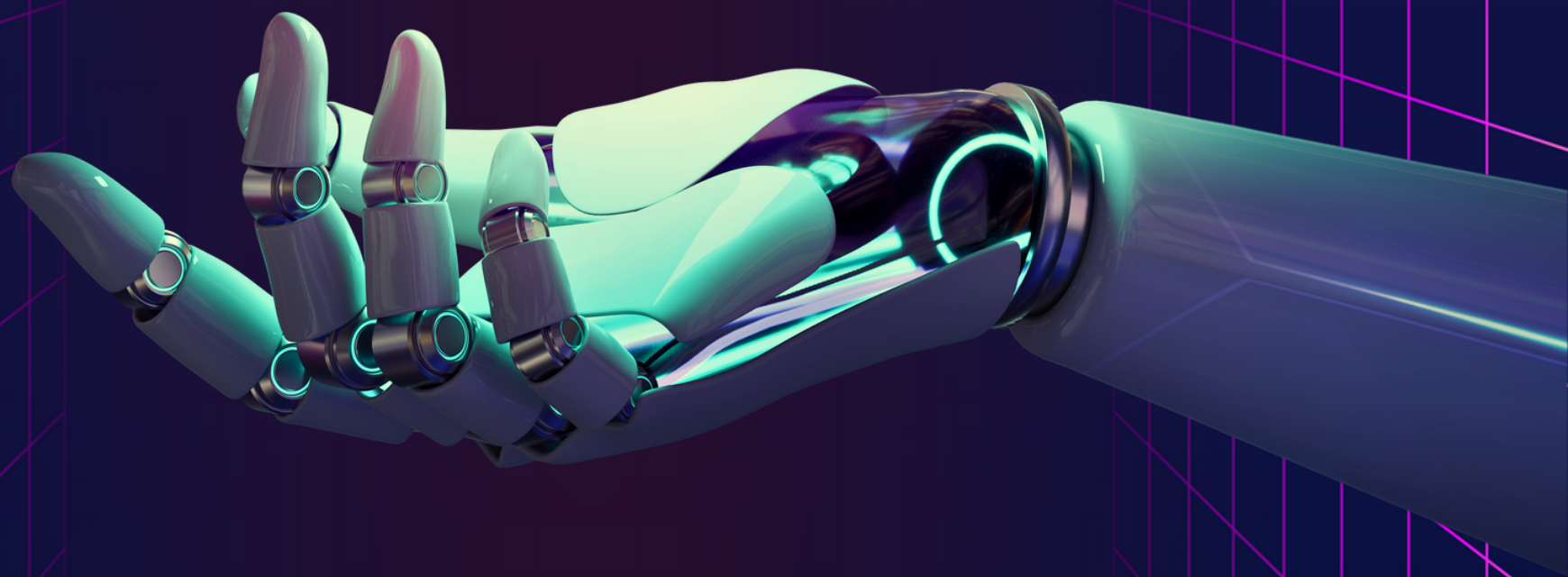


# Responsabilidade e Prestação de Contas

As organizações devem ser capazes de comprovar que estão em conformidade com a LGPD e serem responsabilizadas por eventuais violações.



# Principais Conceitos



# Dado Pessoal

Permite a identificação, direta ou indireta, da pessoa à qual o dado se refere. Análise a figura a baixo e veja a lista exemplificativa.





# Dado Sensível

Relacionado a características da personalidade do indivíduo e suas escolhas pessoais, quando vinculado a uma pessoa natural. Análise a figura a baixo e veja a lista exemplificativa.



# Dados Anonimizados

**Referente a usuário que não pode ser identificado. Geralmente realizado através de randomização (alterando as características de um conjunto de dados para que sejam menos precisos), ou generalização (consolidando conjuntos de dados com atributos comuns para várias pessoas, com ferramentas que impedem a individualização das informações). Em ambos os casos os dados podem ser compartilhados sem afetar a privacidade das pessoas.**



# Direito dos Titulares

1

Confirmação da  
Existência de  
Tratamento

2

Acesso aos  
dados

3

Correção de dados  
incompletos,  
incorretos ou  
desatualizados

4

Anonização, bloqueio  
ou eliminação  
de dados  
desnecessários

5

Portabilidade  
dos dados

6

Eliminação dos dados  
tratados com o  
consentimento  
do titular

7

Informação sobre  
compartilhamento  
de dados

8

Informação da  
consequência do não  
consentimento

9

Revogação do  
Consentimento



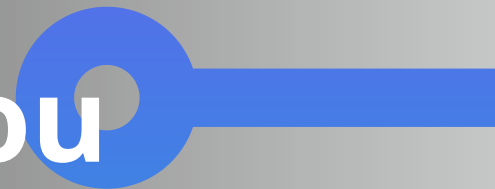
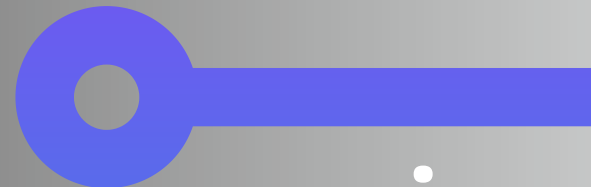
# ACESSO

O direito de acessar seus próprios dados pessoais e saber como eles estão sendo tratados.



# Correção

**O direito de corrigir dados pessoais  
incompletos, inexatos ou  
desatualizados.**



# Exclusão

O direito de solicitar a exclusão de dados pessoais tratados com base no seu consentimento.



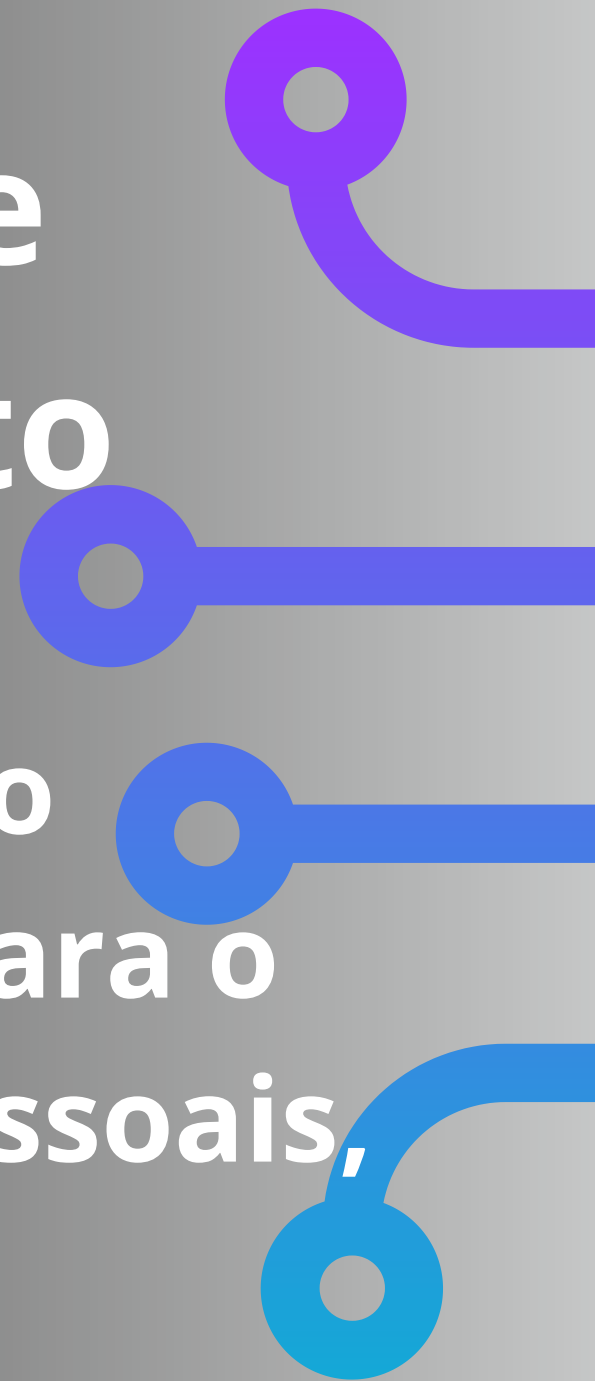
# Portabilidade



O direito de receber os dados pessoais em formato estruturado, de uso comum e de leitura automática, para portabilidade a outro fornecedor de serviço.

# Revogação de Consentimento

Direito de revogar o  
consentimento dado para o  
tratamento de dados pessoais,  
quando aplicável.







# Tratamento de dados sem consentimento

**A lei autoriza o tratamento, sem consentimento do titular quando for indispensável, nas seguintes situações:**

- *Cumprimento de obrigação legal*
- *Compartilhamento de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;*
- *Estudos por órgãos de pesquisa, garantindo sempre que possível a anonimização;*
- *Exercício de direitos, em contrato ou processo;*
- *Preservação da vida e da integridade física de uma pessoa;*
- *Tutela de saúde, em procedimentos por profissionais das áreas de saúde ou sanitárias;*
- *Prevenção a fraudes e segurança do titular.*



# CICLO DE VIDA DOS DADOS





# COLETA

**Obtenção, recepção ou produção de dados pessoais independentemente do meio utilizado (físico, eletrônico, sistema de informação e etc).**

# **Retenção**

**Arquivamento ou armazenamento  
de dados pessoais  
independentemente do meio  
utilizado (documento físico,  
eletrônico, banco de dados, arquivo  
de aço, etc)**



# **Processamento**

**Operação que envolva classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação ou controle da informação, extração e modificação de dados pessoais.**

# **Compartilhamento**

**Qualquer operação que envolva  
reprodução, transmissão,  
distribuição, comunicação,  
transferência, difusão e  
compartilhamento de dados  
pessoais.**



# **Eliminação**

**Qualquer operação que vise apagar ou eliminar dados pessoais. Contempla o descarte dos ativos organizacionais nos casos necessários ao negócio da instituição.**

# AGENTES DE TRATAMENTO



# Controlador

è a Instituição de Ensino, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Pode exercer diretamente o tratamento dos dados ou designar um operador. Possui autonomia decisória quanto a fins e meios de tratamento.



# Operador

**Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.**

# Encarregado

Pessoa indicada pelo controlador ou pelo operador, que atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

# **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**

**Órgão da administração pública  
responsável por zelar, implementar  
e fiscalizar o cumprimento da Lei  
em todo território nacional.**



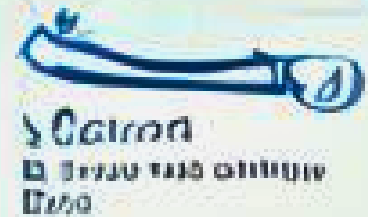


# **Obrigações das empresas pela LGPD**

# As empresas que tratam dados pessoais devem cumprir uma série de obrigações, incluindo:

- Garantir a Segurança dos Dados Pessoais;
- Nomear um encarregado de proteção de dados;
- Manter registro das operações de tratamento de dados;
- Realizar avaliações de impacto à proteção de dados;
- Notificar incidentes de segurança que possam comprometer os dados pessoais.





ANPD

## SANÇÕES E MULTAS



### ADVERTÊNCIA

Com indicação de prazos para adoção de medidas corretivas.



### PUBLICIZAÇÃO

Após devidamente apurada e confirmada a infração.



### ELIMINAÇÃO

Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.



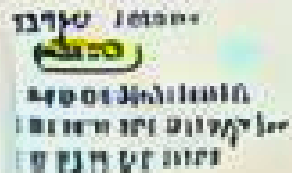
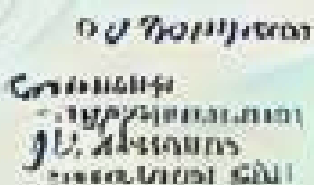
### BLOQUEIO

Parcial do funcionamento de banco e/ou do tratamento de dados.



### MULTAS

Até 2% sobre o faturamento anual limitada a R\$ 50 milhões por incidente.





# Considerações Finais

A LGPD é uma legislação importante que visa proteger a privacidade e os direitos dos cidadãos. Todos nós temos um papel a desempenhar na garantia do cumprimento desta lei, seja como titulares de dados, empresas ou profissionais da área de proteção de dados.

Lembre-se sempre de que seus dados pessoais são valiosos e devem ser tratados com o devido cuidado e respeito à sua privacidade.

Para mais informações sobre a LGPD, consulte o texto completo da lei ou entre em contato com a autoridade nacional de proteção de dados.